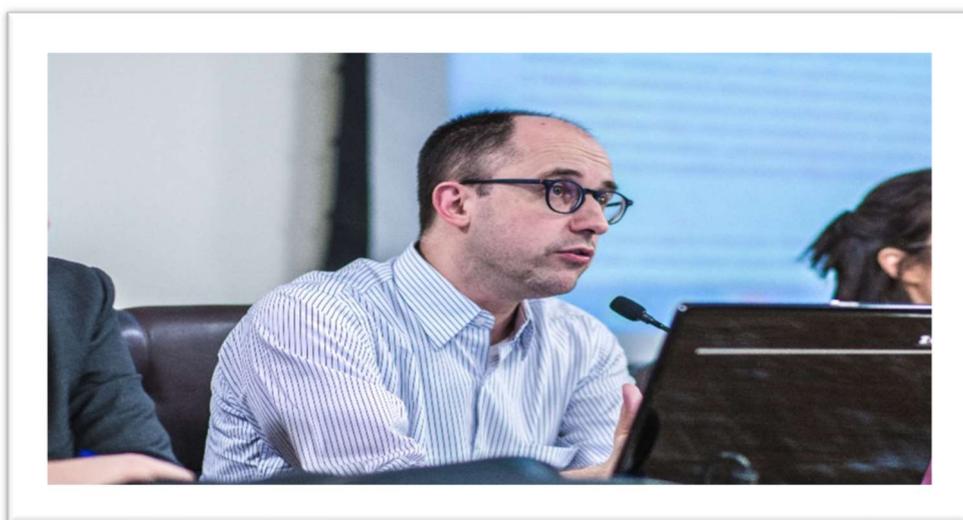


ENTREVISTA – SEÇÃO GRANDES TEMAS

GRANDES TEMAS - O LUGAR DA CIÊNCIA POLÍTICA ENQUANTO PROFISSÃO NO CENÁRIO BRASILEIRO: POTENCIALIDADES E DESAFIOS

THE PLACE OF POLITICAL AS PROFESSION IN THE BRAZILIAN SCENARIO: POTENTIALITIES AND CHALLENGES



Prof. Dr. Humberto Dantas

SOBRE O ENTREVISTADO

Doutor (2007) e mestre (2002) em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP), com graduação em Ciências Sociais pela USP (1998). Pós-graduação em Administração Pública pela FGV-2017. Head de Educação do CLP desde 2019. Foi diretor-presidente da Escola do Parlamento da Câmara de São Paulo de 2017 a 2018. Coordena o Mástter em Liderança e Gestão Pública (MLG) do CLP e a especialização em Ciência Política da Fundação Escola de Sociologia e Política da (FESP-SP). A experiência como docente teve início em 1999, em graduação e pós-graduação em instituições como : Insper (2010 a 2016), a FAAP, FGV, LFG-Anhanguera, UNIB, FIPE-USP, Anhembi Morumbi (1999), Uninove, CEFOR, Damásio, Esa-OAB , EPD, ENAP, EACH-USP (VISITANTE) E CENTRO UNIVERSITÁRIO SÃO CAMILO (2002 a 2008), onde durante três anos como gestor de projetos sociais, componente da CPA e coordenador de ciclo básico de disciplinas de graduação na área de da saúde. Em novembro de 2018, ingressou como professor permanente do Mestrado em Cidades Inteligentes e Sustentáveis na Universidade Nove de

Julho e líder de trilha, onde ficou até agosto de 2019. Entre 2011 e 2019, coordenou curso de pós-graduação na FIPE-USP, onde leciona até hoje. Coordenador e /ou professor de ações de educação política na Oficina Municipal de (2008-2018), Assembleia Legislativa de Santa Catarina, Movimento Voto Consciente, Votorantim, Fersol, Johnson e Jonhson, Itaubanco, Itaú-Unibanco, Fundação Konrad Adenauer, Centro Integrado de Cidadania entre outras, com mais de 700 turmas formadas e diversas outras iniciativas. Foi comentarista da Rádio 9 de julho e apresentador do programa semanal Despertar da Cidadania na rede nacional Canção Nova entre 2007 e 2010. Desde 2010 é comentarista político da Rede Vida de Televisão – Jornal da Vida. Entre 2013 e 2015 foi comentarista Político (dois anos) e a apresentador (um ano) na Rádio Estadão. No portal do Grupo Estado mantém dois blogs, o primeiro sobre o Poder Legislativo. Foi colunista dos jornais I São Paulo e \jornal do Trem, e da revista Missões. Foi conselheiro de relevantes organizações como a Associação Viva e Deixe Viver, Oficina Municipal e o Instituto PNBE. Atualmente é diretor da ONG Movimento Voto Consciente e faz parte do Conselho da Fundação Konrad Adenauer do Brasil, do COLAB, e da Fecomercio-SP (Economia e Política). Foi colaborador da Comissão de Justiça e Paz e da Pastoral Fé e Política, ambas da Arquidiocese de São Paulo. No primeiro quadrimestre de 2008 foi coordenador de Projetos Sociais do Instituto Unibanco na área de Educação. Entre 2010 e 2011 foi superintendente da Fundação Mário Covas, onde desenvolveu ações suprapartidárias de educação política. É autor de livros como: Democracia e Saúde: uma realidade possível? (Paulus - 2007) , Introdução à Política brasileira (Paulus -2007), Coligações Partidárias na Nova Democracia (KAS-2010), De olho no Legislativo (KAS-2013), Parceria social público-privada (Oficina Municipal, 2012), Análise Política e Jornalismo de Dados (FGV-2014), Educação Política (KAS-2017) e Governabilidade (KAS-2018), Legislativo Municipal (KAS-2018), Cidades (KAS-2020), além de diversos artigos científicos e capítulos de livros que enfatizam questões como a democracia, a educação política, Legislativo, marketing político, coligações e regras eleitorais brasileiras. Tem presença marcante na imprensa, publicando artigos, participando de debates e entrevistas, e ocupando espaço regular em algumas publicações. Desde 1995 acumulou experiência em importantes centros de pesquisas, dentre os quais: CEPAC, FIPE-USP, SERASA, IDESP, DECP-USP, CEFOR, SCIERE E FUNDACE. Proprietário da H Dantas Ltda, empresa especializada em ações de educação política e fortalecimento da democracia.

Polit(k)con. Prof. Dr Humberto Dantas, você poderia falar um pouco sobre sua trajetória acadêmico-profissional, dando ênfase aos aspectos que o levaram à Ciência Política como profissão.

Entrevistado: quanto mais velho a gente fica mais longa é a resposta. Ao menos é assim que esperamos que seja. Mas em linhas gerais fui fazer Ciências Sociais na USP aos 17 anos por diversas razões: era um vestibular menos concorrido, eu tinha uma vocação geral para humanas, segui o conselho do

pai de um amigo que entendia que nós dois seríamos jornalistas e eu sonhava em trabalhar na imprensa, reconhecendo nas Ciências Sociais o local ideal para adquirir um nível cultural mais amplo. O problema é que não fui aprovado nos cursos de jornalismo, e logo no segundo semestre de Ciências Sociais estava sendo contratado para trabalhar na Assembleia Legislativa de São Paulo. Era um cargo de confiança na área de finanças, mas numa casa puramente política. Ver aquilo tudo de perto me deixou curioso e aguçou minha veia para a ciência política. Cheguei a trancar a graduação para participar de campanha eleitoral em 1994, mas com a cabeça de volta ao lugar terminei meu curso em 1998, reabrindo a matrícula em 1995.

Nesse ano fui desligado da Assembleia por falta de vínculos políticos. Meu primo que me garantia por lá se aposentou. E fui parar na FIPE-USP, atuando com pesquisa no campo econômico, em projetos diretamente ligados a organismos públicos. Foi uma nova descoberta: pesquisa acadêmica aplicada à gestão. E isso me encantou. Trabalhar diretamente com professores de Economia da USP foi experiência que me ensinou a perceber a conexão entre academia e mercado. A partir disso foi fácil perceber que eu queria dar aula e ser consultor. A Economia, hoje uma ciência semiexata não me encantou tanto, mas a relação dela com a política se mostrou fácil e bem interessante. E fui fazer mestrado, estimulado por um colega de graduação que estava amando a pós em Ciência Política.

Aqui teve uma pequena dor: não passei no primeiro processo seletivo que tentei. Mas em 2002 já era mestre, e estava absolutamente imerso na educação superior, trabalhando na São Camilo, quando em 2003 entrei no doutorado. Das salas de aula parti para os meios de comunicação, fazendo análise política, e para o 3º Setor como voluntários e consultor de diversas organizações onde ative gerando indicadores com a expertise da FIPE-USP, dando aulas nas periferias e trabalhando com análise. Minha carreira se diversificou demais e encontrei ciência política em muitos lugares. A mente empreendedora, a vontade de avançar e as experiências capazes de unir em redes complexas uma série de atores e demandas ajudaram demais. Hoje tenho orgulho de dizer o que faço, como faço e onde faço.

Polit(k)con. Prof. Dr Humberto Dantas – gostaria que tu destacasses quais os aspectos do Ensino Jurídico e a Classe Política como tu fizeste no mestrado. O que ainda é atual na compreensão?

Entrevistado: Aqui vamos acreditar que a História é sempre atual, pois ela nos mostra muito do que temos. A História da política e do ensino do direito no Brasil são indissociáveis. Comecei a olhar para esse universo na graduação, na disciplina de minha orientadora. Escrevemos juntos um artigo sobre reforma política numa revista bem-conceituada. O intuito era tentar entender o debate entre Michel Temer e Antônio Carlos Magalhães como respectivos presidentes da Câmara e do Senado em torno da reforma política. Para o primeiro, professor de direito, a reforma era coisa de advogados e deveria ser

levada adiante por esses bacharéis, tão representados entre os deputados. Para o segundo, engenheiro, o operador da lei não podia fazê-la, e a diversidade do Congresso precisava estar presente no debate. Amei esse conflito e comecei a olhar para a qualidade do ensino jurídico e sua relação com a formação da classe política brasileira. As duas faculdades de Direito de nosso país nascem tardiamente no Brasil já independente em São Paulo e Olinda – essa segunda escola se muda para Recife. E a missão institucional declarada era formar os políticos do país. Foi o que houve, e até hoje, a despeito de conflitos e democratização, trata-se do diploma mais presente na política nacional. Atual? Sem dúvida. Mais do que imaginamos, e com um impacto sobre a realidade que me assusta e me desafia demais. Será que se os bacharéis em direito não tivessem tantas garantias e espaços a política e o país seriam assim? Respostas rápidas podem distorcer esse debate, mas vale demais entrar nessa seara e tentar entender o quanto somos a sociedade que construímos com base nessa característica tão marcante.

Polit(k)con. Você explorou na sua Tese as “Coligações nas Eleições Majoritárias Municipais”, mas como você interpreta a recente reforma eleitoral que determina o fim das coligações para eleições proporcionais. Quais os efeitos positivos e negativos para o sistema partidário e eleitoral?

Entrevistado: Antes de responder, perceba como mudei de estrada na academia. Fui do bacharel em direito na política para as coligações municipais. Adorei mudar, e recomeçar minhas pesquisas do zero. Minha orientadora de mestrado se cansou do meu espírito independente. E sugeriu que eu estava trabalhando pouco para a academia. Ela tinha toda a razão. Por indicação dela troquei de tema e de orientação, e deu certo – teria dado certo com ela também, uma pessoa maravilhosa.

No doutorado entrei com um projeto sobre democracia participativa e mudei radicalmente. O tema estava surrado, cansativo e óbvio demais. Numa disciplina sobre análise de redes rodei um sociograma dessas alianças nas cidades com base num banco de dados difícil de trabalhar do Tribunal Eleitoral. Faltava a tecnologia que temos hoje, e na raça fiz tudo no Excel – na raça e na ignorância. Mas deu certo e o professor da disciplina disse que eu tinha em mãos um doutorado e não percebia. Senti que ele tinha razão, e fiz dois movimentos. Escrevi diversos artigos para jornais explorando aqueles cruzamentos. Ganhei um espaço bem bacana na imprensa entre 2002 e 2003, e notei que se trabalhasse aqueles números para o pleito de 2004 teria espaço demais. Tive. E percebi que dava para juntar minha experiência em meios de comunicação com os resultados acadêmicos. Nascia o analista que atua faz duas décadas em rádio, jornal, revista, TV e internet. Adoro fazer isso, e vários espaços se abriram.

Voltando à sua pergunta, pois sou prolixo demais: ainda vamos aprender muita coisa sobre o que o fim das alianças proporcionais causou na lógica do sistema eleitoral. Escrevi bastante sobre isso, alguns artigos

interessantes para a Konrad Adenauer, o Valor Econômico, o Estadão, a Problemas Brasileiros, o Virtu News e o Globo. Saiu muita coisa. Acho que é cedo para fazer a conta, e deixamos de lado o fato de que eleição municipal se concentra muito em grupos políticos locais. A pergunta central era: esses grupos vão agregar os principais líderes em poucos partidos que controlam, ou esses líderes vão pulverizar a existência de partidos nas cidades e veremos a multiplicação de chapas? Estimativas que fizemos na Globonews em janeiro de 2020 nos levavam a 1 milhão de candidatos a vereador com facilidade. Não foi o que ocorreu, mas quem previa os efeitos da pandemia em janeiro de 2020 em termos eleitorais? As respostas demorarão mais a aparecer porque muita coisa mudou, ou agiu sob estado de exceção ao que temos como costume. Em 2022 será importante ver como essa novidade atua em sintonia com a cláusula de desempenho em seu segundo degrau. Esse instrumento é mais eficiente que a regulação das coligações para acabar com partidos pequenos, mas o fim das alianças trouxe uma possibilidade maior de o eleitor “enxergar” o destino de seu voto. Bastaria aos partidos que fossem menos opacos aos olhos da sociedade, mas isso é um amadurecimento que ainda vai nos custar anos. E espero que m dia a gente o atinja. Gosto dos partidos, sou um entusiasta do que eles podem trazer de clareza para o sistema.

Polit(k)con. Como você analisa os efeitos das cotas “feministas” (30%) no âmbito dos partidos de candidaturas de mulheres e 5% do Fundo Partidário, devendo ser investido nestas candidaturas?

Entrevistado: analiso que ainda temos um longo caminho. Estou no time que entende a relevância das mulheres na política, e do quanto o machismo estrutural arruína a lógica democrática dessa participação. Temos mais de 50% de mulheres no eleitorado e o país, cerca de 40% das filiações, 30% das candidaturas proporcionais e cerca de 10% das eleitas. Isso carrega muita coisa negativa. A justiça, no entanto, tem mostrado um ativismo nessa causa que me incomoda. Sou do tempo em que juiz era chamado de agente neutro. As mudanças necessárias não podem partir de pauta inclinada do Judiciário. Mas aí vão perguntar: e se não for assim, vamos perder mais um século. Grande dilema esse. Grande dilema. Mas com um governo ultraconservador no poder e as indicações ideológicas para o STF, bastarão alguns anos para a pauta virar do avesso. E nesse caso, quem comemora o ativismo da justiça vai agonizar. É a sociedade quem tem que se arvorar e enfrentar o poder. O caso do aborto na Argentina é interessante. A despeito de minha posição sobre o tema, parcelas progressistas da sociedade foram às ruas e pressionaram o parlamento. O lugar de a sociedade pulsar é nas ruas e no parlamento. O legislativo é o coração, as avenidas são as veias. Tem que ser assim.

Polit(k)con. Nas eleições de 2020 (Prefeituras), o Supremo Tribunal Federal entendeu que **as cotas raciais** deveriam ser adotadas no referido pleito, seguindo métodos semelhante às cotas de candidaturas de mulheres. Como

you evaluate the racial quotas from a substantial and pedagogical point of view for the Brazilian political process?

Entrevistado: pergunta fácil de enquadrar o respondente em uma posição difícil. Mas tenho muita dificuldade com essa ação da justiça. A causa, o movimento dos negros no Brasil não pode encontrar na justiça um aliado questionável em sua forma de agir. A decisão aqui é unilateral e passa longe do Congresso Nacional. Mas de novo: se formos esperar o Legislativo vamos morrer na sala de aguardo. Entendo e tenho imensa empatia pela atitude e pela causa. Mas temo novamente pelo caráter mutante do Judiciário. Hoje progressistas, amanhã conservadores. O que vai nos esperar? O que teremos como alternativa. Bolsonaro e familiares por doze anos no poder e o STF vai formar maioria por uma pauta de costumes que me desagradam. Quem vai agir a partir de então? O Judiciário não é cancha de atuação ideológica, é a morada de algo mais racional e menos pendular. Em resumo: a adoção de cotas raciais é algo absolutamente fundamental para o país racista chamado Brasil, a forma é perigosa por abrir um flanco preocupante, a despeito de a urgência ser algo a ser muito respeitado e justificar em partes o avanço de algo que me agrada.

Polit(k)con. Você tem uma longa trajetória de participação em “movimentos para conscientização cidadã”, tendo apresentado, inclusive, o Programa de “Despertar para Cidadania” na Rede Vida de Televisão. Conte-nos um pouco desta experiência.

Entrevistado: Na verdade o Despertar da Cidadania era um programa de entrevistas sobre política e cidadania na Rádio Canção Nova. Ia a ar 6h00 da manhã de sábado, e eu gravava sempre com um convidado. Programas assim foram alguns, nesse formato de bate-papo, realizando um sonho muito bacana de moleque. Tive programa assim na Rádio Canção Nova, depois na TV Câmara Municipal de São Paulo quando fui presidente da Escola do Parlamento da capital paulista, participei de algumas entrevistas longas em minha passagem pela Rádio Estadão como comentarista político e sou um dos entrevistadores do Canal Um Brasil, ligado à Fecomércio. A experiência é legal, e é resultado de algo mais amplo. Justamente desse compromisso acadêmico e social com a formação e conscientização cidadã.

A avó do meu melhor amigo era do Movimento Voto Consciente e durante anos tentou me levar para lá. Uma hora fui, com o compromisso de ajudar em ações de educação. Passei a atender a imprensa, dar entrevistas, já em 2002. Divertido demais, me deu experiência, venceu minha timidez, ajudou a pensar rápido. Encontrei canais muito legais, e fui parar em programas mais longos e duradouros justamente porque tinha o conteúdo da academia e a desenvoltura com a imprensa. Passei cinco anos na FIPE-USP ao lado de um professor que dava dezenas de entrevistas por semana. Esse olhar para o trabalho dele me ajudou demais. Admirar e querer aprimorar são coisas bacanas de levarmos adiante.

Polit(k)con. Fale-nos um pouco sobre o projeto Legis-ATIVO/Estadão que tem sido um canal de importante atuação sobre o fenômeno político brasileira, especialmente no âmbito do legislativo, a partir do olhar de importantes pesquisadores da Ciência Política brasileira.

Entrevistado: de longe a coisa mais gostosa que faço. Criamos ali um hub de cientistas políticos. Aquilo virou uma usina de ideias e liberdades. Se as pessoas tivessem ideia da efervescência de nosso grupo de WhatsApp. Só aquilo já vale todo o trabalho. Criamos entre nós 20 um nível de cumplicidade, entrega, amizade e respeito imensos. A diversidade ideológica, a capacidade profissional, aquilo é muito potente. Nasceu numa conversa no Estadão com um diretor de conteúdo. Perguntei se eu podia trazer 10 amigos para escrever comigo, logo depois do lançamento do Barômetro e do livro que organizei no Estadão e na FGV em torno daquilo. Juntei um time diferente e arrebatamos. Foi um grande sucesso. Tem um texto de um dos colegas, de 2016, às vésperas do impeachment, que tem mais de DOIS milhões de views. De lá para a frente crescemos e sofisticamos. Buscamos a variedade regional e de gênero. Lançamos livros juntos, fizemos trabalhos, atamos nós de redes improváveis e juntamos gente que não se conhecia. O podcast nasceu depois, comigo e Vitor, e ganhou qualidade quando trouxemos a Graziela. A liga desse trio é outra coisa genial. Virou quase minha terapia semanal, o momento que eu mais me divirto produzindo. São 60 minutos de atenção, informação e risadas demais. Mas tudo isso feito com o intuito de educar politicamente, popularizar a ciência política, dar acesso a um conteúdo encastelado, contribuir com as redes, fortalecer os profissionais. Tem um ganha-ganha naquilo tudo. A gente avança e se motiva. Vocês aqui escolheram falar de algo que me tira do eixo da razão e me leva para a emoção. O produto mais novo e incrível foi a criação do CPPE- Ciência Política & Políticas de Educação, uma pós-graduação que nasceu dentro do blog e vai reunir 40 profissionais. Vamos levar a ciência política de forma remota para cantos do Brasil onde sequer as pessoas sabem que existimos. Vamos contaminar. A menos espero.

Polit(k)con. Você é um cientista político que tem uma longa trajetória profissional para além do universo acadêmico, atuando em diversas instituições públicas e privadas. Quais os efeitos desta atuação sobre o olhar na formação do cientista político no Brasil?

Entrevistado. Um só. Ou ao menos, principalmente um: dá para ter vida na ciência política para além da academia. Bastava termos uma profissão mais organizada, menos mesquinha e apequenada no universo acadêmico e teríamos mais espaço. Aqui cabe uma ressalva: esse meu discurso é agressivo e fácil. Ao invés de levá-lo adiante preferi fazer um esforço, me distanciar do que me incomoda e levar comigo quem tem espírito de ir além das linhas conhecidas. Tenho ido a alguns departamentos de ciência política falar de empreendedorismo acadêmico. Aquele que faz com que o mercado me chame de professor, mas a academia me chame de empreendedor. Esse

modelo híbrido, ao estilo pato, que nada, anda e voa, é bom demais. Não sou o melhor nadador, tampouco ando bem e voo bonito. Mas saio do chão, entro na água e caminho. Faço de tudo um pouco, pior que um monte de gente, mas num grau de diversidade que me garante o respeito que preciso para seguir. E mais: não faço nada sozinho. Pode olhar: sei colocar meus colegas naquilo que eles têm como vocação e por vezes precisam de um apoio. Adoro esse universo de oportunidades, de oferecer e receber. De construir junto. Essa é a essência. Se a ciência política começar a levar isso para a sala de aula vamos nos livrar das amarras da mediocridade que nos aprisiona. Para terminar: que os jovens não cobrem isso de seus professores na academia, sobretudo nas universidades públicas. Esses homens chegaram até lá pelo caminho que eles conheciam na imensa maioria dos casos. E reproduzem o que viveram. Seus orientandos sonham com isso, mas não há espaço para todos. Foi-se o tempo que do outro lado do arco-íris doutorado tinha um pote de ouro em forma de concurso público. Acabou, e o caminho não está mais nas respostas que os professores não poderão dar. A academia, e a Ciência Política, terão que descobrir seus caminhos, vocações e espaços, e isso depende de gente que foi se arriscar pelo mundo. Tenho orgulho de poder contar essa história, rezando para não ser arrogante e torcendo para poder inspirar e aplaudir gente boa.

Polit(k)con Como você analisa a democracia eleitoral, em termos substantivos e procedimentais, no Brasil? Sabemos o que o cientista político não é vidente, mas quais as tendências que você apontaria para pós- 2022?

Entrevistado. Estamos vivendo os testes de stress em nossa democracia. Acabei de ler recentemente a trilogia do Lira Neto sobre o Getúlio Vargas. Por muito menos a nossa história rompeu com a democracia dezenas de vezes apenas pelas mãos e mente de um único presidente – a despeito de ter sido o principal a contar e fazer nossa história. É emblemático pensar que algumas coisas ainda estão de pé, a despeito das irresponsabilidades de quem está no poder. Mas é indiscutível que tem MUITA coisa fora do lugar. E as ondas não batem infinitamente na encosta sem lhe tirar alguns pedaços. Como a pergunta observa, não sou vidente, e acho que a democracia resiste aos trancos e barrancos mais uma eleição presidencial, a de 2022. Acho que a despeito do resultado, a participação do Bolsonaro no pleito ainda garante isso. Mas como ele perderá 2022, ou como ele fará para ganhar para além de 2026 são duas perguntas que me incomodam demais como brasileiro. Se ele perder berrando, como fez o Trump, teremos traumas desagradáveis. Se ele for reeleito, o que tentará executar para se manter no poder a partir de 2027 também pode nos fazer sofrer. Aqui tenho um problema adicional: por mais que meus amigos digam que sou reacionário, liberal e conservador, não consigo fazer uma análise racional de alguém que ocupa espaço político e me incomoda tanto. O cidadão hepático aqui fala demais, e teme muito.

Polit(k)com. Que livros e temas de pesquisa você sugeriria aos que se interessam pelos estudos da Ciência Política?

Entrevistado. Vou indicar coisas que tenho feito e participado. Não entendam isso como jabá ou arrogância, mas eles são todos gratuitos e abertos. Por isso vale a pena citar, uma vez que fizemos para ajudar, para formar. Começo pelo GOVERNABILIDADE da Fundação Konrad Adenauer, junto com o pessoal do Legis-Ativo. Obra que eleva o conceito a ideia central de que as relações entre Executivo e Legislativo são essenciais, mas a tal lógica deve ser acrescida a relação Executivo-Judiciário, Executivo-Opinião Pública e Executivo-Mídia. Ademais, estados e municípios tendem a apresentar lógicas de governabilidade um pouco distintas daquilo que encontramos na União. E isso é importante também. Depois indico o livro CIÊNCIA POLÍTICA & POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO, livro base da pós-graduação que citei lançado também pela Konrad. Se o objetivo for algo mais simples e introdutório temos os três livros de educação política que ficam no site do Movimento Voto Consciente – o Educação Política, o Legislativo Municipal e o Cidades. São três diversões garantidas num universo meio paradidático. Por fim, o livro sobre o Índice de Democracia Local inspirado no caso de São Paulo que organizei no Instituto Sivos. Os capítulos que não são de minha autoria e buscam conceituar Democracia estão incríveis. E aqui já temos um bom conjunto vaidoso de indicações.

Agradecimentos – eu que agradeço a oportunidade e a todas as pessoas que indiretamente foram aqui citadas e fazem parte dessa história.